



Educação profissional e tecnológica e os desafios com a formação humana omnilateral

Clair Eliane Naysinger Borges^{1*} e Josimar de Aparecido Vieira²

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, Rua Men de Sá, 94135-300, Gravataí, Rio Grande do Sul, Brasil. ²Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Sertão, Rio Grande do Sul, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: clair.naysinger@gmail.com

RESUMO. A educação profissional e tecnológica (EPT), como modalidade educacional, busca promover a formação omnilateral do ser humano, considerando as dimensões intelectual, ética, social, política, econômica, cultural e emocional. Este estudo visa compreender os desafios da EPT no contexto atual, marcado por rápidas transformações sociais, destacando sua relevância para a formação integral. A pesquisa, de natureza descritiva e abordagem qualitativa, baseou-se em revisão bibliográfica de livros, artigos e materiais disponíveis na internet, com foco em autores que pesquisam sobre a temática. O estudo está organizado em seções, começando pela introdução, seguida pela metodologia, discussão sobre a promoção da formação omnilateral nas escolas públicas, análise dos mestrados profissionais em EPT e uma reflexão sobre a relação entre trabalho e educação ao longo da história. Também são discutidas as mudanças no mundo do trabalho e sua conexão com a EPT, bem como os desafios atuais e a formação omnilateral como princípio central. Embora a EPT desempenhe um papel crucial na preparação para o mundo do trabalho, ela também deve fomentar a formação de cidadãos críticos e conscientes. Entre os principais desafios, destacam-se a superação da fragmentação do conhecimento e a integração entre teoria e prática. A articulação entre os diversos saberes é essencial para proporcionar uma educação integral. Por fim, são apresentadas as considerações finais. Os resultados indicam, entre outras constatações, que ao buscar a formação omnilateral, a EPT enfrenta desafios que exigem uma abordagem colaborativa entre diferentes setores da sociedade. Superar esses obstáculos é fundamental para a formação de profissionais e a construção de uma sociedade mais justa, na qual trabalho e educação estejam orientados pelo bem comum e pelo desenvolvimento integral dos seres humanos.

Palavras chave: EPT; formação humana omnilateral; desafios da EPT; educação integral.

Professional and technological education and the challenges with omnilateral human training

ABSTRACT. Vocational and Technological Education (VTE), as an educational modality, seeks to promote the omnilateral formation of human beings, considering intellectual, ethical, social, political, economic, cultural, and emotional dimensions. This study aims to understand the challenges of VTE in the current context, marked by rapid social transformations, highlighting its relevance for integral formation. The research, descriptive in nature and with a qualitative approach, was based on a literature review of books, articles, and materials available on the internet, focusing on authors who study this theme. The study is organized into sections, starting with the introduction, followed by the methodology, a discussion on promoting omnilateral formation in public schools, an analysis of professional master's degrees in VTE, and a reflection on the relationship between work and education throughout history. Changes in the world of work and their connection with VTE are also discussed, as well as current challenges and omnilateral formation as a central principle. Although VTE plays a crucial role in preparing individuals for the world of work, it must also foster the formation of critical and conscious citizens. Among the main challenges are overcoming the fragmentation of knowledge and integrating theory with practice. The articulation between different types of knowledge is essential to provide a comprehensive education. Finally, the study presents its final considerations. The results indicate, among other findings, that in pursuing omnilateral formation, VTE faces challenges that require a collaborative approach between different sectors of society. Overcoming these obstacles is crucial for the formation of professionals and the construction of a fairer society, where work and education are oriented towards the common good and the integral development of human beings.

Keywords: VTE; omnilateral human formation; VTE challenges; integral education.

La educación profesional y tecnológica y los desafíos de la formación humana omnilateral

RESUMEN. La educación profesional y tecnológica (EPT), como modalidad educativa, busca promover la formación omnilateral del ser humano, considerando las dimensiones intelectual, ética, social, política, económica, cultural y emocional. Este estudio tiene como objetivo comprender los desafíos de la EPT en el contexto actual, marcado por rápidas transformaciones sociales, destacando su relevancia para la formación integral. La investigación, de naturaleza descriptiva y con un enfoque cualitativo, se basó en una revisión bibliográfica de libros, artículos y materiales disponibles en internet, enfocándose en autores que investigan sobre esta temática. El estudio está organizado en secciones, comenzando por la introducción, seguida por la metodología, una discusión sobre la promoción de la formación omnilateral en las escuelas públicas, un análisis de los másteres profesionales en EPT y una reflexión sobre la relación entre el trabajo y la educación a lo largo de la historia. También se discuten los cambios en el mundo del trabajo y su conexión con la EPT, así como los desafíos actuales y la formación omnilateral como principio central. Aunque la EPT desempeña un papel crucial en la preparación para el mundo laboral, también debe fomentar la formación de ciudadanos críticos y conscientes. Entre los principales desafíos destacan la superación de la fragmentación del conocimiento y la integración entre teoría y práctica. La articulación entre los diferentes saberes es esencial para proporcionar una educación integral. Finalmente, se presentan las consideraciones finales. Los resultados indican, entre otras constataciones, que al buscar la formación omnilateral, la EPT enfrenta desafíos que requieren un enfoque colaborativo entre diferentes sectores de la sociedad. Superar estos obstáculos es fundamental para la formación de profesionales y para la construcción de una sociedad más justa, en la que el trabajo y la educación estén orientados por el bien común y el desarrollo integral de los seres humanos.

Palavras chave: EPT; formación humana omnilateral; desafíos de la EPT; educación integral.

Received on October 28, 2024.

Accepted on June 30, 2025.

Published in November 27, 2025.

Introdução

Este estudo foi produzido a partir de reflexões realizadas no componente curricular Bases Conceituais na Educação Profissional e Tecnológica, oferecido no primeiro semestre do ano de 2023, pelo curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica que pertence ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Tem a finalidade de sistematizar os entendimentos produzidos acerca das bases conceituais na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tendo como referência as leituras e estudos realizados no decorrer do semestre.

Nos últimos anos, o cenário educacional tem sido marcado por transformações profundas, impulsionadas pela rápida evolução tecnológica, mudanças nas demandas do mundo do trabalho e novas concepções sobre o papel da educação na sociedade. Nesse contexto, a EPT emerge como uma modalidade educacional que visa contemplar todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano, respondendo aos desafios impostos por uma sociedade em constante transformação. Diante da necessidade de preparar os indivíduos para um mundo de trabalho cada vez mais dinâmico e exigente, a EPT assume um papel crucial.

Assim, o objetivo deste estudo é compreender os desafios enfrentados pela EPT no contexto atual, marcado por rápidas transformações sociais, destacando sua relevância para a formação omnilateral dos sujeitos.

Neste contexto, o artigo também busca consolidar os principais conceitos e teorias discutidos, com o objetivo de promover uma compreensão mais aprofundada das práticas educativas no contexto da EPT. Ao longo deste trabalho, serão exploradas as diversas dimensões que permeiam a EPT, desde suas origens e evolução histórica até as atuais tendências e desafios enfrentados na implementação das políticas educacionais voltadas para a formação profissional e tecnológica. O estudo, portanto, visa contribuir para o desenvolvimento de uma visão crítica e reflexiva sobre o papel da EPT no cenário educacional brasileiro, destacando sua importância para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

A EPT, como modalidade educacional, busca a formação humana omnilateral, um conceito defendido por Frigotto (2012), que considera a educação como um meio para o desenvolvimento integral do ser humano em todas as suas dimensões - intelectual, ética, social, política, econômica, cultural e emocional. Esta abordagem vai além

da simples transmissão de conteúdos técnicos, promovendo o desenvolvimento das potencialidades humanas e preparando os indivíduos para o mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que busca a equidade e a inclusão social.

O artigo também aborda a evolução dos mestrados profissionais em EPT, destacando o papel fundamental desses programas na integração dos saberes do mundo do trabalho e na promoção de avanços sociais e científicos. Além disso, analisa a relação histórica entre trabalho e educação, a metamorfose do mundo do trabalho e seus impactos na EPT, e os desafios atuais enfrentados por esta modalidade educacional, incluindo a precarização e mercantilização da educação.

Ao longo deste trabalho, buscaremos entender como a EPT pode enfrentar esses desafios e contribuir para uma formação que vá além da capacitação técnica, promovendo uma educação que efetivamente prepare os seres humanos para a realidade complexa e dinâmica do mundo contemporâneo.

Metodologia

Neste artigo, adotou-se uma abordagem predominantemente qualitativa e dialética, que levou em consideração os movimentos e contradições presentes nos espaços educativos. Conforme Minayo (1994, p. 21), a “[...] pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos”.

Além disso, o estudo foi desenvolvido com objetivos descritivos. De acordo com Triviños (2009), estudos descritivos buscam retratar fatos e fenômenos de uma determinada realidade, sendo indicados quando o pesquisador deseja conhecer uma comunidade específica, suas características, valores e problemas.

O trabalho contou com uma pesquisa bibliográfica que fundamentou e orientou todo o desenvolvimento do estudo. Esta pesquisa foi realizada com base em material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, materiais disponíveis na internet (Marconi & Lakatos, 2017). Em outras palavras, envolve “[...] todas as obras escritas, bem como o material constituído por dados primários ou secundários que possam ser utilizados pelo pesquisador ou simplesmente pelo leitor” (Fachin, 2006, p. 122). Por se tratar de uma investigação que utiliza a pesquisa bibliográfica, está dispensado de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme Resolução nº 510 (2016).

A busca pelos dados, nas obras referenciais, orientou-se pelas considerações já mencionadas na introdução, que deram origem a seis seções nas quais está estruturado o estudo, quais sejam: ‘EPT: promovendo a formação humana omnilateral na escola pública’, ‘Mestrados profissionais em EPT’, ‘Trabalho e educação ao longo da história’, ‘Metamorfoses no mundo do trabalho e sua articulação com a EPT’, ‘EPT: desafios atuais’ e ‘A formação omnilateral como princípio da EPT’.

EPT: promovendo a formação humana omnilateral na escola pública

A EPT é uma modalidade educacional que busca a formação humana omnilateral. Frigotto (2012, p. 267) destaca que a educação omnilateral significa, “[...] a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico”. Dessa forma, a formação omnilateral abrange a educação e a emancipação do ser humano em todos os sentidos da vida, sendo considerada um componente essencial para a EPT, pois tem o propósito de preparar os sujeitos para o mundo do trabalho, proporcionando conhecimentos teóricos, práticos e tecnológicos. Ainda segundo o autor, “[...] essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico” (Frigotto, 2012, p. 267).

Assim sendo, a formação humana omnilateral refere-se ao desenvolvimento integral dos seres humanos em todas as suas dimensões: intelectual, ética, social, política, econômica, cultural e emocional. É uma abordagem educacional que busca ir além da simples transmissão de conteúdos técnicos e habilidades específicas, promovendo uma visão integral do ser humano, desenvolvendo suas potencialidades. Leite (2017b, p. 95), lembra que “[...] para Marx, a formação omnilateral refere-se a todas as dimensões humanas; desta forma, precisamos nos apropriar de maneira omnilateral das objetivações para nos constituirmos como seres completos”.

Envolvida por esta concepção de educação, a EPT pode desempenhar um papel importante nesse processo, proporcionando aos estudantes a aquisição de conhecimentos atualizados e relevantes para o mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que busca desenvolver habilidades socioemocionais, pensamento crítico, ética

profissional e consciência social. Além disso, pode exercer um papel essencial na promoção da equidade e da inclusão. Ela deve garantir que todos os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica, gênero, raça ou qualquer outra característica, tenham acesso equânime a uma EPT de qualidade. Isso contribui para reduzir as desigualdades sociais e possibilita que mais sujeitos tenham oportunidades de desenvolvimento e realização pessoal.

Para tanto, a EPT na escola pública deve ser pautada por uma abordagem pedagógica que valorize a participação ativa dos estudantes, a contextualização dos conteúdos, a formação crítica e reflexiva e o diálogo entre teoria e prática. É por meio desse processo educativo que os estudantes podem desenvolver suas potencialidades, ampliar suas perspectivas de futuro e contribuir de forma significativa para o desenvolvimento da sociedade.

Ramos (2014), aponta que a EPT tem como escopo a formação integral, sendo que o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico assumem um caráter essencial para a integração entre educação profissional e educação básica, tendo como unidade, indissociáveis, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura visando “[...] uma formação na qual não haja hierarquia de faculdades e capacidades humanas, uma formação que articule (e não interponha) as dimensões intelectual, estético-artística, ética, política a partir do trabalho” (Della Fonte, 2018, p. 17).

Por meio do desenvolvimento dessa concepção a EPT poderá formar cidadãos conscientes e responsáveis que se reconheçam dentro da sociedade, cientes de seu papel para a evolução social humana. Essa formação deve ser baseada nos direitos humanos, ética profissional, sustentabilidade, cidadania ativa, compreensão dos impactos sociais e ambientais das atividades profissionais, entre outros aspectos. Tais fundamentos são imperativos para a formação de profissionais comprometidos com o bem-estar da sociedade e do meio ambiente.

É importante ressaltar que essas dimensões se mantêm interconectadas e se complementam. Com elas, o desenvolvimento de conhecimentos técnicos deve estar alinhado com o desenvolvimento de consciências sociais, a fim de formar profissionais preparados para os desafios do mundo de trabalho atual. Dessa forma, a EPT promove uma formação integral, que vai além do enfoque técnico, ou seja, uma formação omnilateral.

Com o propósito de contribuir para a formação humana integral, a EPT tem diante de si o desafio de “[...] superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar [...]” (Ramos, 2014, p. 94), desenvolvendo seres humanos autônomos, críticos, éticos e preparados para enfrentar os desafios do mundo do trabalho, contribuindo para uma sociedade mais justa, equitativa, inclusiva e desenvolvida.

Mestrados profissionais em EPT

A EPT como modalidade educacional pode ser encontrada em todos os níveis de ensino, desde que esteja alinhada aos seus princípios fundamentais, os quais são delineados no capítulo II da Resolução nº 1 (2021), que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Entre os 18 princípios presentes neste documento, destaca-se a importância do trabalho como princípio educativo central e base para a organização curricular. Esse princípio é pautado na construção de competências profissionais e na integração dos objetivos, conteúdos e estratégias de ensino e aprendizagem com a ciência, cultura e tecnologia. Ademais, há o estímulo à pesquisa como princípio pedagógico essencial, reconhecendo a necessidade de um processo formativo que integre saberes cognitivos e socioemocionais, promovendo a produção de conhecimento, cultura e tecnologia, assim como o desenvolvimento do trabalho com impacto social (Resolução nº 1, 2021).

Além disso, tem como um dos princípios assegurar a interdisciplinaridade no planejamento curricular e na prática pedagógica para superar a fragmentação de conhecimentos e a segmentação curricular. Para tanto, inclui a utilização de estratégias educacionais que permitam a contextualização, flexibilização e interdisciplinaridade, favorecendo a compreensão de significados e garantindo a indissociabilidade entre teoria e prática profissional ao longo do processo de ensino e aprendizagem (Resolução nº 1, 2021).

Esses princípios são fundamentais para a formação profissional, especialmente em um mundo em constante transformação, e devem ser aplicados em todos os níveis, etapas e formas de ensino, incluindo os cursos de mestrados profissionais em EPT, em que é essencial promover a relação indissociável entre teoria e prática, constituindo a práxis. Para Marx, a práxis é uma prática fundamentada teoricamente, onde a teoria guia a ação, moldando-a e tornando-a consciente (Leite, 2017a). Sendo assim, nos mestrados profissionais, a teoria pode colaborar para aprofundar a ação do estudante que se encontra em processo de formação como pesquisador.

A criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPC) em 2008 impulsionou uma significativa expansão da EPT. A criação dos IFs não apenas está promovendo esse crescimento, mas também vem contribuindo para a interiorização da EPT no Brasil, além de possibilitar o oferecimento de programas de pós-graduação *stricto sensu* na RFEPC (Silva et al., 2022).

Para Freitas et al. (2017), foi a experiência acumulada ao longo de uma década dos IFs e mais de um século de existência da Rede Federal que determinou o momento de avançar na compreensão e no aprimoramento das ações que promovam avanços sociais e científicos, fortalecendo a interação com a sociedade. Para tanto, foi criado o ProfEPT e nele, o curso de Mestrado Profissional em EPT, que é oferecido nacionalmente pelas instituições de ensino da RFEPC, tendo esse propósito como uma de suas principais finalidades. Ainda segundo Freitas et al. (2017), a proposta do curso de Mestrado Profissional em EPT visa aprimorar os processos de ensino na EPT, qualificando as atividades relacionadas à gestão das instituições e às metodologias e recursos educacionais dos cursos que são oferecidos. Trata-se de uma iniciativa que considera necessária a articulação entre os conhecimentos do mundo do trabalho e as diversas áreas científicas relacionadas ao ensino.

Urbanetz et al. (2020) destacam que o objetivo geral do ProfEPT é oferecer formação específica em EPT para os profissionais da RFEPC, com ênfase na produção de conhecimento e no desenvolvimento de produtos por meio de pesquisas que integrem saberes do mundo do trabalho e conhecimento sistematizado. Os autores destacam “[...] que o programa está fundamentado no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico, em espaços formais e não formais indicando a concepção de formação ofertada” (Urbanetz et al., 2020, p. 145). Silva et al. (2022, p. 130) aponta que esta “[...] possibilidade curricular de se estabelecer o trabalho enquanto princípio educativo, de forma emancipadora, provém da corrente de pensamento denominada materialismo histórico-dialético”.

Materialismo histórico-dialético para Leite (2017a) é um método de interpretação da realidade considerado a teoria do conhecimento do marxismo originário. Para a autora, este método “[...] considera que o homem é o maior artesão da realidade que se constitui a partir das relações que a humanidade estabelece entre si e entre a natureza” (Leite, 2017a, p. 851).

Essa abordagem tem sido aplicada em várias áreas do conhecimento, tais como a filosofia, as ciências sociais e as ciências políticas. Ela oferece uma maneira de compreender a mudança e a evolução da sociedade, bem como a resolução de conflitos e contradições dentro dela. Ao aplicar o materialismo histórico dialético à área da educação, é possível obter uma compreensão mais profunda das relações sociais, políticas e econômicas que influenciam os processos educacionais. Essa abordagem permite examinar criticamente as estruturas e instituições educacionais, identificar as contradições e os conflitos presentes e buscar soluções transformadoras.

Além disso, esta abordagem enfatiza a importância da prática e da ação na transformação da realidade. Portanto, no contexto de um curso de Mestrado Profissional em EPT, essa abordagem pode estimular a pesquisa aplicada, levando em consideração a intervenção prática e a busca por soluções concretas para os desafios educacionais. Nele, o processo dialético fundado no materialismo histórico dialético pode fornecer uma base teórica sólida para as pesquisas, permitindo uma compreensão crítica das contradições presentes na educação e a busca por alternativas inovadoras.

Em síntese, a EPT como uma modalidade educacional presente nos diferentes níveis, etapas e formas de ensino, tem como princípios a centralidade do trabalho e da pesquisa, a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre teoria e prática profissional. Ao longo dos anos, a expansão dos IFs e o fortalecimento da RFEPC têm contribuído para a consolidação e o aprimoramento da EPT no Brasil, culminando na criação de programas de pós-graduação, como o ProfEPT. Este programa, ancorado nos princípios educativos e pedagógicos da EPT, visa promover avanços sociais e científicos, fortalecendo a interação com a sociedade.

Fundamentado no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico, o curso de Mestrado Profissional em EPT vinculado ao ProfEPT, busca aprimorar os processos de ensino, integrando saberes do mundo do trabalho e conhecimentos sistematizados. Além disso, a abordagem dialética, baseada no materialismo histórico-dialético, oferece uma perspectiva crítica para se compreender e transformar a realidade educacional, estimulando a pesquisa aplicada e a busca por soluções concretas para os desafios enfrentados. Dessa forma, o mestrado profissional em EPT não apenas contribui para o desenvolvimento profissional dos educadores, mas também para o avanço e a melhoria contínua da educação no país.

Trabalho e educação ao longo da história

Para Saviani (2007), o que garante a existência humana é a educação, ou seja, o homem forma-se homem, pela produção e pelo processo educativo. O trabalho define a essência humana. Dito isso, sabemos que a relação entre o trabalho e a educação, sofreu ao longo dos tempos, uma distinção entre os termos, no entanto esses termos são inseparáveis, como podemos verificar na obra de Saviani (2007), Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos, que retrata as diferentes sociedades ao longo da história.

Na sociedade comunal o trabalho e educação estavam ligados, à medida que o homem não tinha sua existência garantida, precisava agir sobre a natureza, transformando-a e adequando-a às suas necessidades, ou seja, Na sociedade comunal primitiva, trabalho e educação eram indissociáveis. O modo de produção comunal, ou ‘comunismo primitivo’, não apresentava divisão de classes, e a educação ocorria de forma integrada ao trabalho.

Nas comunidades primitivas a educação coincidia totalmente com o fenômeno anteriormente descrito. Os homens apropriavam-se coletivamente dos meios de produção da existência e nesse processo educavam-se e educavam as novas gerações. Prevalencia, aí, o modo de produção comunal, também chamado de ‘comunismo primitivo’. Não havia a divisão em classes. Tudo era feito em comum (Saviani, 2007, p. 154, grifo do autor).

Com a transição para a sociedade escravista, houve um rompimento significativo entre trabalho e educação. A divisão social em classes — proprietários e escravos — resultou em uma educação diferenciada para cada grupo: enquanto os proprietários recebiam uma educação voltada para homens livres, os escravos eram treinados para servir. Essa cisão na educação marcou a introdução de uma distinção que não existia na sociedade comunal, refletindo as novas relações de poder e propriedade.

Na Antiguidade, tanto grega como romana, configura-se esse fenômeno que contrapõe, de um lado, uma aristocracia que detém a propriedade privada da terra; e, de outro lado, os escravos. Daí a caracterização do modo de produção antigo como modo de produção escravista. O trabalho é realizado predominantemente pelos escravos. Ora, essa divisão dos homens em classes irá provocar uma divisão também na educação. Introduz-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho (Saviani, 2007, p. 155).

Na sociedade feudal, a educação foi fortemente influenciada pela Igreja. Embora o Estado começasse a forjar a ideia de uma escola pública, universal, gratuita, laica e obrigatória, a educação ainda estava destinada a servir aos interesses da classe dominante. A divisão social consolidou a separação entre trabalho e educação, acentuando a diferença entre uma educação intelectual para os proprietários e uma formação prática para os servos. Com a institucionalização da educação pela Igreja, esta se afastou ainda mais do processo de trabalho, refletindo as estruturas sociais e econômicas da época.

Com a ruptura do modo de produção antigo (escravista), a ordem feudal vai gerar um tipo de escola que em nada lembra a Paidéia grega. Diferentemente da educação ateniense e espartana, assim como da romana, em que o Estado desempenhava papel importante, na Idade Média as escolas trarão fortemente a marca da Igreja católica (Saviani, 2007, p. 157).

Por fim, na sociedade capitalista contemporânea, também chamada de sociedade de mercado, a troca tornou-se o fator determinante do consumo, e os laços sociais substituíram os laços naturais. Com a modernização das indústrias, surgiu a necessidade de simplificar os ofícios, reduzindo a necessidade de qualificação específica, já que a maquinaria passou a executar muitas das funções manuais. Com isso, a separação entre trabalho e educação se aprofundou. A industrialização e a modernização transformaram o modo de produção, tornando a especialização mais comum e substituindo muitas funções manuais por maquinário. A Revolução Industrial trouxe consigo uma Revolução Educacional, com a escola assumindo um papel central na formação dos indivíduos para a nova ordem industrial. No entanto, essa educação continuou dividida: enquanto uma educação intelectual era voltada para os proprietários e dirigentes, os trabalhadores recebiam uma formação prática e técnica.

Essa nova forma de produção da existência humana determinou a reorganização das relações sociais. À dominância da indústria no âmbito da produção corresponde a dominância da cidade na estrutura social. Se a máquina viabilizou a materialização das funções intelectuais no processo produtivo, a via para objetivar-se a generalização das funções intelectuais na sociedade foi a escola. Com o impacto da Revolução Industrial, os principais países assumiram a tarefa de organizar sistemas nacionais de ensino, buscando generalizar a escola básica. Portanto, à Revolução Industrial correspondeu uma Revolução Educacional: aquela colocou a máquina no centro do processo produtivo; esta erigiu a escola em forma principal e dominante de educação (Saviani, 2007, p. 159).

Saviani (2007) argumenta que essas mudanças geraram a divisão social do trabalho e a consequente formação de classes sociais, que levaram à separação entre educação e produção, trabalho manual e trabalho intelectual. Na sociedade capitalista contemporânea, essa divisão é ainda mais acentuada, com a educação sendo moldada pelas necessidades do mercado e do capital. O sistema capitalista, com sua ênfase na produção voltada para o lucro, reforça a divisão de classes e perpetua uma educação que atende mais aos interesses do mercado do que às necessidades do ser humano em sua totalidade.

A análise de Saviani destaca como o modo de produção capitalista, ao focar na geração de lucros, estrutura a educação de forma a servir aos interesses do capital, marginalizando o acesso igualitário ao conhecimento e à formação integral. Essa divisão de classes e a separação entre trabalho e educação não apenas perpetuam desigualdades sociais, mas também limitam o potencial de uma educação que poderia efetivamente contribuir para a formação integral do ser humano.

Assim, o estudo da relação entre trabalho e educação ao longo da história, conforme discutido por Saviani, revela as contradições e os desafios de uma educação que se encontra presa às dinâmicas de poder e produção das sociedades em que se insere. A busca por uma educação que integre o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões permanece um desafio, especialmente em uma sociedade que privilegia o capital e a mercantilização do conhecimento.

Outrossim, para aprofundar a análise e oferecer uma visão mais ampla e crítica da evolução histórica e das contradições entre trabalho e educação discutidas por Saviani (2007) nas diferentes formações sociais ao longo da história, é relevante considerar os apontamentos de Ribeiro et al. (2019). Esses autores destacam que a relação entre trabalho e educação é central para a compreensão da natureza humana e do papel da educação na sociedade. Com base em Saviani (2011), eles argumentam que o trabalho tem prioridade ontológica, pois exige a articulação de ideias, conceitos e valores para produzir intencionalmente a humanidade em cada indivíduo. Assim, a educação possui uma dependência ontológica em relação ao trabalho, mas também mantém uma autonomia relativa e uma determinação recíproca, sem ser completamente determinada ou determinante.

Lukács (1979) é citado para reforçar que o trabalho é o ponto de partida da humanização, do desenvolvimento das faculdades humanas e do domínio sobre si mesmo. A educação, nesse contexto, é vista como uma necessidade para a continuidade da existência humana, sendo responsável pela transmissão dos conhecimentos materiais e culturais que humanizam os indivíduos.

Os autores apontam que, historicamente, a educação estava integrada à totalidade social, ocorrendo de forma espontânea e articulando o singular e o genérico, mas que, nas sociedades de classes (escravagismo, feudalismo, capitalismo), a educação estrita atende aos interesses da minoria dominante. Conforme Lima (2009), essa forma de educação é caracterizada pela sua dependência da divisão de classes, assemelhando-se ao complexo do Direito por atender a interesses particulares em vez de universais.

Ribeiro et al. (2019) também criticam a sociedade capitalista por sonegar aos trabalhadores o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade, restringindo-o às necessidades do grande capital e promovendo a mercantilização da educação. Eles argumentam que, nessa lógica, os filhos dos trabalhadores têm acesso limitado ao conhecimento, perpetuando as desigualdades de classe. Segundo Araujo et al. (2012), isso impede os indivíduos de se apropriarem da riqueza simbólica e material produzida pela humanidade, conforme destacado: "[...] uma minoria tem acesso à riqueza cultural historicamente acumulada, enquanto a maioria sobrevive à margem desta" (Araujo et al., 2012, p. 197).

Por fim, os autores sugerem que a lógica destrutiva do capital exacerba os problemas sociais, não pela falta de desenvolvimento das forças produtivas, mas pelas relações sociais que regem esse desenvolvimento. Assim, as tentativas de controlar o desajuste social causado pelas leis do capitalismo, através de atos jurídicos, políticos ou educativos, são vistas como estéréis, uma vez que não atacam as raízes do problema.

De acordo com as análises de Saviani (2007) e de Ribeiro et al. (2019), podemos inferir que o trabalho e a educação são fundamentais para a existência humana. As transformações sociais ao longo da história geraram uma divisão social do trabalho, resultando na formação de classes sociais distintas e em diferentes tipos de educação. Por um lado, os proprietários e burgueses receberam uma educação intelectual, projetada para prepará-los para cargos de liderança e controle. Por outro lado, os não proprietários, ou proletários, foram submetidos a uma educação prática, estreitamente ligada ao processo de trabalho. Essa divisão de classes levou à separação entre escola e produção, bem como entre trabalho manual e trabalho intelectual. Com o surgimento da sociedade capitalista, o modo de produção que antes visava a subsistência e o atendimento das necessidades básicas transformou-se para atender ao mercado capitalista. A produção passou a ser voltada

para a geração de lucros, refletindo um sistema capitalista que se reproduz e se fortalece através da divisão de classes. As análises desses autores, evidenciam como essas mudanças estruturais impactaram a relação entre trabalho e educação, consolidando a separação e a especialização que conhecemos hoje.

Metamorfoses no mundo do trabalho e sua articulação com a EPT

Segundo Ciavatta (2012, p. 34), “[...] o conceito de mundo de trabalho inclui as atividades materiais, produtivas, assim como todos os processos de criação cultural que se geram em torno da reprodução da vida”. Para entender os mundos do trabalho se faz necessário distinguir as formas de trabalho na sociedade, inicialmente o trabalho no seu sentido ontológico, fundamental e estruturante onde o homem interage com a natureza para produzir e reproduzir sua própria existência, produzindo somente o necessário para si e para a sua comunidade, por fim, o trabalho no contexto histórico, penoso, alienante e desintegrador dos valores humano, onde o homem passa a produzir não mais para sua sobrevivência, mas para converter sua força de trabalho em mercadorias que vão gerar lucro aos detentores dos meios de produção.

Sabemos que a alienação é a redução da capacidade dos indivíduos de pensar ou agir por si próprios. Mas no campo filosófico a alienação assume o mesmo significado? Segundo Barros, (2011, p. 229) “[...] Marx ocupava-se essencialmente do problema da alienação humana nas suas diversas formas (inclusive no trabalho, mas também na religião, na política, nas próprias relações ecológicas do homem com a natureza)”. Como podemos observar, existem diversas formas de alienação, como transferir a propriedade ou responsabilidade para outra pessoa e se desconectar do que está ao nosso redor. No entanto, é difícil determinar qual forma de alienação é a pior entre a religiosa, cultural, política, social ou a do trabalho. Cada uma delas possui características e consequências distintas, afetando os indivíduos e a sociedade de maneiras diversas. A gravidade da alienação pode variar dependendo do contexto e das experiências individuais.

Ainda, segundo Barros (2011, p. 229, grifo do autor) Marx em 1845, “[...] descobriria [...] que a alienação produzida no mundo do trabalho era o ventre materno de todas as alienações – a raiz do ‘estranhamento’ que lançava no sofrimento e na inconsciência o homem comum do mundo moderno”. Portanto podemos inferir que alienação produzida no mundo do trabalho é responsável por todas as outras formas de alienação a qual estamos expostos, e isso decorrem, principalmente, por conta do modelo de produção capitalista que separa o indivíduo do processo de produzir para sua subsistência e passa a produzir para o mercado, com isso ele agora não se reconhece mais no que produz, é esse estranhamento do homem com o produto que leva à desumanização.

Esse processo de alienação se intensificou com a expansão industrial e tomou mais densidade com a fetichização da mercadoria que é algo que não se apropria, não se pega, mas comanda o mundo econômico. É no mundo digital que essa fetichização chega ao limite, com o avanço das tecnologias, agora na palma da mão através do celular, esse apelo pelo consumismo toma força, e o homem nem se dá conta disso, não percebe que se tornou dependente e escravo do que o mercado capitalista dita.

Como destaca Holloway (2003, p. 97), “[...] Marx condena o capitalismo não apenas pela miséria que provoca, mas, sobretudo pela inversão entre coisas e pessoas: em outras palavras, pela fetichização das relações sociais”. Segundo Marx, o fetichismo da mercadoria é um fenômeno social que ocorre no contexto do capitalismo, no qual as relações sociais entre as pessoas são mediadas por meio das coisas. Isso significa que as pessoas não se relacionam diretamente umas com as outras, mas sim por meio das mercadorias que produzem e trocam.

Neste mesmo contexto encontra-se a educação, que a partir de construções econômicas e políticas tende a ganhar significado de mercadoria de troca, como podemos perceber na formulação de Marx sobre o trabalho produtivo, onde ele identificou que a burguesia não tem limites na geração de mais-valor, pois busca transformar em mercadoria tudo o que estiver ao seu alcance.

Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola [professor] é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação (Marx, 2013, p. 578).

Em um contexto mais amplo, podemos inferir que o regime de acumulação flexível¹ ou modo de produção Toyotista serviu para impulsionar a economia, a produção passou a ser puxada pela demanda, descrevendo

¹ Entende-se por acumulação flexível, um modelo de produção marcado pelo confronto direto com a rigidez do fordismo. Conforme Harvey (1992, p. 140), “[...] ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo”. Na acumulação flexível, produz-se conforme a demanda. Além disso, nota-se a ausência de estoques, o emprego de tecnologia, a terceirização produtiva e de mão de obra, o surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas formas de fornecimento de serviços financeiros e a abertura de novos mercados.

um modo de funcionamento do capitalismo que se caracteriza pela flexibilidade nos processos de produção, trabalho e consumo. Embora essa lógica de organizar a produção depois da demanda se mostrou altamente econômica para as indústrias, aquecendo o mercado e enriquecendo os detentores dos meios de produção também gera desigualdades e instabilidades sociais.

Dentro do regime de acumulação flexível, as novas formas de trabalho exigem uma adaptação e formação constante dos trabalhadores. Com a rápida evolução tecnológica e as mudanças nas estruturas de produção, é necessário que os trabalhadores adquiram novas habilidades e conhecimentos para se manterem empregáveis e acompanharem as demandas do mercado, levando à deterioração geral das condições de trabalho e à perda de segurança e estabilidade no emprego para a maioria dos trabalhadores.

A precarização do trabalho, está posta para sociedade de diversas maneiras, entre elas temos a flexibilidade na contratação e no gerenciamento da força de trabalho, isso leva à adoção de contratos de trabalho temporários, contratos de curto prazo, trabalho parcial, trabalho por projeto e outras formas atípicas de emprego, outra forma, não menos preocupante é a terceirização e subcontratação dos trabalhos, as empresas tendem a terceirizar várias partes de sua cadeia produtiva e contratar fornecedores e prestadores de serviços externos. Isso leva a uma fragmentação do trabalho e à subcontratação de atividades específicas, o que muitas vezes resulta em condições de trabalho menos favoráveis para os trabalhadores terceirizados. Eles podem enfrentar salários mais baixos, menos proteção social e menos direitos trabalhistas em comparação com os trabalhadores contratados diretamente pela empresa.

Não obstante, essa precarização também afeta a educação, uma vez que as formas de trabalho dentro do regime de acumulação flexível exigem a formação dos trabalhadores, incluindo os professores, e isso tem levado à precarização do trabalho docente. A apropriação da educação como uma mercadoria pelo capital é uma preocupação em diversos contextos. O neoliberalismo e a lógica do mercado têm influenciado a maneira como a educação é concebida e organizada em muitos países, colocando-a cada vez mais como um serviço a ser comprado e vendido, transformando-a em uma mercadoria, ao invés de ser reconhecida como um direito humano fundamental.

Essa perspectiva mercadológica da educação tem levado a uma série de consequências, tais como:

a) A comercialização do ensino onde a educação é tratada como um produto a ser comercializado, as instituições de ensino atuando como empresas e os estudantes como clientes;

b) Endividamento estudantil à medida que a educação é tratada como uma mercadoria, as instituições de ensino muitas vezes aumentam as mensalidades, tornando o acesso à educação superior mais difícil para grupos sociais de baixa renda. Isso leva ao aumento do endividamento estudantil, pois muitos estudantes precisam recorrer a empréstimos para financiar seus estudos;

c) Privatização da educação, neste processo de precarização o setor privado tem se expandido no campo da educação, com o estabelecimento de instituições privadas de ensino que buscam obter lucros. Isso pode levar à exclusão de grupos marginalizados que não podem arcar com as mensalidades mais altas das instituições privadas;

d) Redução da autonomia dos professores, a comercialização da educação vai levar à redução da autonomia dos professores e à padronização dos currículos, com foco em conteúdo que atendam às demandas do mercado de trabalho, em vez de uma educação mais ampla e crítica.

No entanto, é importante ressaltar que existem resistências e movimentos que buscam preservar a educação como um bem público e defender uma visão mais ampla da educação como um direito humano. A luta por uma educação acessível, inclusiva e de qualidade para todos continua sendo um desafio crucial em muitas sociedades.

Mesmo sendo praticamente impossível, em uma sociedade capitalista, evitar completamente a alienação, encontramos nos movimentos de defesa de uma educação integral e politécnica um espaço de resistência à alienação. Quando concebida e praticada de forma crítica e emancipadora, a educação pode desafiar e questionar as formas de opressão e desigualdade presentes na sociedade, em vez de simplesmente reproduzir as normas e estruturas existentes. Ricardo Antunes, em entrevista no canal do Youtube, em janeiro de 2021, pontuava que a educação como transformação social deve ser pautada nos ensinamentos de Karl Marx que tinha a crítica como categoria central de seu pensamento, fazia de suas obras um ato de negação à alienação, não se limitava a escrever sobre o assunto e criticou quem o fazia como podemos ver nesta frase de Marx, dirigida diretamente a Feuerbach, “[...] os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras; o que importa é modificá-lo” (Antunes, 2021). Marx considera a Filosofia teórica tradicional uma simples forma de idealismo, descolada da realidade social concreta e, nesse sentido, inútil (Antunes, 2021).

EPT: desafios atuais

A EPT enfrenta diversos desafios na atualidade que precisam ser abordados para contribuir na efetividade e relevância dessa modalidade educacional. Nesta direção, torna-se necessário analisar, de modo mais amplo, o regime de acumulação flexível que vem servindo para impulsionar a economia. Nele, a produção passou a ser puxada pela demanda, sendo que essa vem se mostrando altamente econômica para as indústrias, aquecendo o mercado e enriquecendo os detentores dos meios de produção. Já para os trabalhadores, vem se mostrando cada vez mais cruel e desumano, resultando na precarização da educação e do trabalho, atingindo diretamente a EPT.

São essas novas formas de trabalhar envolvendo o contexto da acumulação flexível que estão demandando a formação dos trabalhadores. A formação dos professores, que vem sendo uma das formas de precarização do trabalho, pode ser compreendida no mesmo movimento que explica a precarização da totalidade dos trabalhadores. Não obstante, o capital vê a oportunidade de se apropriar da educação, na forma mercadoria, como modo de intensificar seu projeto de alienação da sociedade. Segundo Martins e Pina (2020), esse projeto de mercantilização da educação é uma tentativa extremada da ressignificação da função social da escola pública por meio da redefinição do trabalho educativo, ou seja, um projeto político ideológico de transformar a educação em serviço e produto mercantil.

Segundo Rodrigues (2007), trata-se de um movimento mundial da classe burguesa que pode ser evidenciado especialmente na transferência da gestão da educação superior no Brasil para o setor privado. O mesmo ocorre na educação básica, o que, de acordo com Adrião et al. (2009, p. 810) “[...] é como movimento mais recente deste mesmo capital que percebemos a venda das apostilas/sistemas às redes públicas [...]”, possibilitando novos ganhos a esta classe.

Recentemente, esse projeto foi intensificado com a Emenda Constitucional 95 do Teto dos Gastos Públicos, que condena a educação pública à miséria e à total falta de investimentos, conforme apontado por Escott (2020). Além disso, a Lei nº 13.415 (2017) veio corroborar com a precarização e mercantilização da educação, conferindo legalidade à Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC). A (contra) reforma do ensino médio, conforme destacado por Escott (2020), introduz os percursos formativos, reforçando, mais uma vez, a perspectiva da dualidade estrutural e reintroduzindo o currículo por competências.

Com isso temos a permanência dos princípios tecnicistas como referência basilar na organização do ensino público no Brasil. Uma educação tecnicista apoiada nas premissas teóricas do capital humano, que enxerga a educação como instrumento à serviço do capital, em que o importante é ‘aprender a fazer’. Nesta direção, Frigotto (2010) destaca que a teoria do capital humano, na prática, funciona como um instrumento poderoso para perpetuar o senso comum, estabelecendo a educação como um meio de preservação da ordem capitalista, incorporando as relações de dominação e submissão.

Nesse desmanche da educação, por meio da Lei nº 13.415 (2017), fica evidente no currículo fragmentado, que se constitui sem conexão entre a formação geral e componentes que compõem os itinerários formativos, aliás estes com a possibilidade da atuação dos ‘profissionais com notório saber’ para os itinerários de formação técnica e profissional contribuindo para crescente desvalorização dos professores (Lei nº 13.415, 2017).

A consequência desta reforma fica bem definida na Nota de Repúdio da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, às Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional e Tecnológica, publicada em 20 de janeiro de 2021.

A contrarreforma do ensino médio em seu conjunto, e, em particular, das DCNEPT (nesta análise também se inclui o Relatório do Parecer CNE/CP nº 17/2020, que deu origem a essas diretrizes), pode ser sintetizada pelo direcionamento a uma completa fragmentação da etapa final da educação básica, privando os filhos da classe trabalhadora mais empobrecida do acesso aos conhecimentos produzidos e acumulados pela humanidade e, ao mesmo tempo, promovendo sua privatização via parceria público-privado que, na prática transfere recursos públicos à iniciativa privada para que ela, de um lado, defina a concepção de ensino e, de outro, ofereça ou gerencie (administre, avalie e controle) a educação que será proporcionada à população (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2021).

Como podemos ver, esse projeto de educação mais uma vez está a serviço do capital, impondo suas mediações: conjunto de limitações à vida das pessoas, guiando as suas relações, sua forma de ver o mundo e os seus sonhos, resultando na forma alienada de compreensão da vida. Esses desafios exigem um compromisso contínuo por parte das instituições de ensino, governos e sociedade em geral. A colaboração e o diálogo entre esses segmentos são essenciais para enfrentar esses desafios e garantir que a EPT prepare os estudantes para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade.

A formação omnilateral como princípio da EPT

A concepção de educação refere-se à visão ou perspectiva particular que uma sociedade, instituição educacional, educador ou indivíduo tem sobre o processo educacional e o propósito da educação. Essa concepção pode ser influenciada por diferentes fatores, como cultura, valores, crenças filosóficas e sociais. Existem várias concepções de educação que moldam as práticas educacionais em todo o mundo. No contexto da EPT, podemos destacar algumas destas concepções como sendo fundamentais para a formação humana omnilateral:

a) A educação como desenvolvimento omnilateral, essa concepção busca o desenvolvimento integral dos indivíduos, incluindo aspectos físicos, sociais, emocionais e intelectuais. A educação é vista como uma forma de desenvolver o potencial de cada aluno preparando-o para a vida em sociedade;

b) Educação como processo de construção do conhecimento, a educação é vista como um processo ativo em que os alunos constroem seu conhecimento por meio da interação com o ambiente, colegas e professores. O foco está na aprendizagem significativa e na resolução de problemas;

c) Educação como transformação social, essa concepção enfatiza a importância da educação para a transformação social e o desenvolvimento de cidadãos críticos e participativos. A educação é vista como uma ferramenta para a transformação social;

d) Educação como desenvolvimento do pensamento crítico, a ênfase está no desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade de questionar, analisar e avaliar informações. A educação nessa concepção é vista como uma forma de desenvolver a capacidade dos alunos de pensarem de forma independente;

e) Educação como preparação para o mundo do trabalho, essa concepção, alinhada aos fundamentos do ensino profissional e tecnológico, que visa transmitir os conhecimentos científico, filosófico e artístico produzidos pela humanidade, implica desenvolver o ser humano em todas suas dimensões, social, ética, política, econômica e tecnológica, criando condições reais para a superação das barreiras que impedem a emancipação e o desenvolvimento humano preparando os profissionais para enfrentar os desafios do mundo do trabalho, formando cidadãos capazes de compreenderem todos os processos de seu ofício, aptos desempenhar qualquer tarefa dentro destes processos até mesmo o de dirigentes.

Todas essas concepções, corroboram para a educação que em Marx, deveria ser ao mesmo tempo intelectual, física e técnica, também chamada de educação omnilateral, ou seja, capaz de desenvolver integralmente todas as potencialidades do homem, a combinação da educação intelectual com a produção material, da instrução com os exercícios físicos e estes com o trabalho produtivo. Levando em consideração que “[...] os termos educação politécnica e educação tecnológica foram usados por Marx para explicitar sua defesa de um ensino que permita a compreensão dos fundamentos técnico-científicos dos processos de produção” (Ciavatta & Ramos, 2011, p. 32).

Nesta mesma linha, temos em Gramsci (apud Martins, 2021), a educação como sendo todo e qualquer processo de formação humana, desenvolvido para tornar o ser humano atual à sua época, processo esse, que faz o homem ser o que é, em todas suas dimensões objetivas e subjetivas, para ele a educação e a estrutura social mantêm entre si relação dialética.

Portanto, diante dessas diferentes concepções, percebemos que a educação transcende os limites da sala de aula, estendendo-se para a construção do indivíduo em sua totalidade. Seja na construção do conhecimento, na transformação social, no pensamento crítico ou na preparação para o mundo do trabalho, essas concepções evidenciam a diversidade de objetivos e propósitos atribuídos à educação e desempenham um papel vital na formação de seres humanos plenos e atuantes em suas realidades. Isso vai de encontro à finalidade da EPT, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade, alinhando-se à visão de Marx sobre a educação omnilateral.

Considerações Finais

Este trabalho reflete sobre EPT e seu papel fundamental na promoção de uma formação humana omnilateral, essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao integrar teoria e prática, trabalho e pesquisa, a EPT oferece uma educação que vai além do desenvolvimento de habilidades técnicas, cultivando indivíduos críticos, éticos e conscientes de seu papel no mundo. Os mestrados profissionais em EPT, como o ProfEPT, representam um avanço significativo nesse contexto, ao proporcionar uma formação aprofundada e alinhada às necessidades contemporâneas do mundo do trabalho e da sociedade. Essa

modalidade educacional, embasada nos princípios do materialismo histórico-dialético, não apenas aprimora a prática docente e a gestão educacional, mas também impulsiona a produção de conhecimento e a inovação pedagógica, contribuindo diretamente para o desenvolvimento social e econômico do país. Assim, a EPT reafirma seu compromisso com a formação integral dos cidadãos, preparando-os para enfrentar os desafios de um mundo em constante transformação, ao mesmo tempo em que promove a equidade e a inclusão social.

Ao longo da história, a relação entre trabalho e educação tem se mostrado fundamental na constituição das sociedades humanas. Desde as comunidades primitivas, onde trabalho e educação estavam intrinsecamente ligados, até a sociedade capitalista contemporânea, marcada pela alienação e mercantilização da educação, observa-se que essas duas esferas são centrais para a compreensão das dinâmicas sociais. A evolução das formas de produção e o desenvolvimento das estruturas educacionais refletem e influenciam as mudanças sociais, políticas e econômicas.

No contexto atual, marcado pela flexibilização dos regimes de acumulação e pela precarização das relações de trabalho, a EPT enfrenta desafios significativos. A EPT deve não apenas preparar os indivíduos para o mercado de trabalho, mas também desempenhar um papel crucial na formação crítica e integral dos cidadãos, capacitando-os a compreender e questionar as condições de sua existência e a contribuir para a transformação social.

Diante das pressões do capitalismo, que tende a transformar a educação em mercadoria e a subordinar o ensino aos interesses do mercado, é essencial reafirmar a importância de uma educação omnilateral, que busque o desenvolvimento pleno do ser humano em todas as suas dimensões. Essa concepção educacional deve ser pautada pelos princípios de uma formação que integre o conhecimento científico, técnico, ético e político, preparando indivíduos não apenas para o trabalho, mas para a vida em sociedade de forma crítica e emancipadora.

Portanto, a interseção entre trabalho e educação, que historicamente moldou as sociedades, deve ser revalorizada e ressignificada para enfrentar os desafios contemporâneos. A luta por uma educação que transcenda a mera preparação para o mercado de trabalho e que promova o desenvolvimento humano integral continua sendo um imperativo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Os achados neste estudo sugerem outras buscas teóricas e novas análises de dados que possam contribuir para compreender os desafios da EPT no contexto atual, marcado por rápidas transformações sociais, assim como sua relevância para a formação integral. Os apontamentos aqui situados são correntes e podem ser aprofundadas em outros trabalhos de pesquisa, persistindo, portanto, que outras investigações envolvendo esta temática venham a colaborar tanto para ampliar ainda mais a compreensão dos princípios fundantes da EPT, contribuindo para o planejamento e a organização dessa modalidade de educação.

Disponibilidade de dados

O presente artigo tem caráter teórico, fundamentando-se em referenciais e conceitos decorrentes de uma pesquisa mais ampla, sem utilizar diretamente os dados empíricos produzidos. Dessa forma, não se aplica a este artigo a indicação de repositório de dados.

Referências

- Adrião, T., Garcia, T., Borghi, R., & Arelaro, L. (2009). Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de " sistemas de ensino" por municípios paulistas. *Educação & sociedade*, 30(108), 799-818. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300009>
- Antunes, R. (2021, 15 janeiro). O que é alienação [Entrevista]. *TV Boitempo*. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=VR4kD_9kY4M
- Araujo, A. C. B., Cabó, L. J. F., & Gonçalves, R. M. D. P. (2012). O papel do trabalho no processo de humanização dos sentidos: Elementos ontológicos e históricos. In I. M. S. Farias, S. M. Nobrega-Terrien, & A. D. F. Carvalho (Orgs.), *Diálogos sobre a formação de professores* (pp. 193–203). EDUFPI.
- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. (2021, 20 de janeiro). Nota de repúdio às novas diretrizes curriculares nacionais para educação profissional e tecnológica. <https://anped.org.br/>
- Barros, J. D. A. (2011). O conceito de alienação no jovem Marx. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, 23(1), 223-245. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702011000100011>
- Ciavatta, M. (2012). O mundo do trabalho em imagens: memória, história e fotografia. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 12(1), 33-45.

- Ciavatta, M., & Ramos, M. (2011). Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. *Retratos da Escola*, 5(8), 27-41. <https://doi.org/10.22420/rde.v5i8.45>
- Della Fonte, S. S. (2018). Formação no e para o trabalho. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, 2(2), 6-19. <https://doi.org/10.36524/profept.v2i2.383>
- Escott, C. M. (2020). Educação Profissional e Tecnológica: avanços, retrocessos e resistência na busca por uma educação humana integral. *Revista de Educação Pública*, 29. <https://doi.org/10.29286/rep.v29ijan/dez>
- Fachin, O. (2006). *Fundamentos de metodologia* (5a ed.). Saraiva.
- Freitas, R. C. O, Barreiro, C. B., Souza, R. R., Franco, F. S. C. & Murta, R. (2017). O mestrado profissional em educação profissional e tecnológica em rede nacional: considerações preliminares. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, 1(1), 74-89. <https://doi.org/10.36524/ept.v1i1.359>
- Frigotto, G. (2010). *A produtividade da escola improdutiva* (9a ed.). Cortez.
- Frigotto, G. (2012). Educação omnilateral. In R. Caldart, I. B. Pereira, P. Alentejano, & G. Frigotto (Orgs.), *Dicionário da educação do campo* (pp. 265-271). Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.
- Harvey, D. (1992). *A condição pós-moderna*. Loyola.
- Holloway, J. (2003). *Mudar o mundo sem tomar o poder*. Viamundo.
- Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. (2017, 16 de fevereiro). Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm
- Leite, P. S. C. (2017a). *Contribuições do materialismo histórico-dialético para as pesquisas em Mestrados Profissionais na área de ensino de humanidades*. In Anais do 6º Congresso Ibero-Americano de Metodologias de Investigação (Vol. 1), CIAIQ, Salamanca, ES.
- Leite, P. S. C. (2017b). *Formação humana em diálogo: educação profissional, estética e arte*. Edifes.
- Lima, M. (2009). *Trabalho, reprodução social e educação em Lukács* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Ceará].
- Lukács, G. (1979). *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Ciências Humanas.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2017). *Fundamentos de metodologia científica* (8a ed., J. B. Medeiros, Atual.). Atlas.
- Martins, A. S., & Pina, L. D. (2020). Mercantilização da educação, escola pública e trabalho educativo: uma análise a partir da pedagogia histórico-crítica. *Revista HISTEDBR On-line*, 20, e020052-e020052. <https://doi.org/10.20396/rho.v20i0.8657754>
- Martins, M. F. (2021). Gramsci, educação e escola unitária. *Educação e Pesquisa*, 47, e226099. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226099>
- Marx, K. (2013). *O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital*. Boitempo.
- Minayo, M. C. D. S. (1994). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In M. C. S. Minayo (Org.), S. F. Deslandes, & O. Cruz Neto. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*, 21, 9-29.
- Ramos, M. N. (2014). *História e política da educação profissional*. Instituto Federal do Paraná.
- Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. (2016, 7 de abril). Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html
- Resolução nº 1, de 5 de janeiro de 2021. (2021, 5 de janeiro). Define as diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação profissional e tecnológica. https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/resolucoes/rcp001_21
- Ribeiro, E. C. S., Santos, J. D. G., & Sobral, K. M. (2019). Trabalho, educação e capital: percursos históricos e impedimentos para a formação omnilateral. *Trabalho & Educação*, 28(2), 63-77. <https://doi.org/10.35699/2238-037X.2019.9878>

- Rodrigues, J. R. (2007). *Os empresários e a educação superior*. Autores Associados.
- Saviani, D. (2007). Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, 12(34), 152-165. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>
- Saviani, D. (2011). *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações* (11a ed.). Autores Associados.
- Silva, C. N. N., Araújo, P. A., Frois, R. R. S., & Guimarães, V. P. A. (2022). Determinantes metodológicos que entram na configuração dos mestrados profissionais no Brasil: concepções, método e resultados para a sociedade. In C. N. N. Silva, D. S. Rosa, & M. R. G. Ferreira (Orgs.). *A metodologia da pesquisa em educação profissional e tecnológica* (pp. 123-142). Editora Nova Paideia.
- Triviños, A. N. S. (2009). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação – O positivismo, a fenomenologia, o marxismo* (5a ed.). Atlas.
- Urbanetz, S. T., Cassiano, E. L., & Bettoni, V. (2020). O Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT - e o significado dessa oferta de formação em pós graduação no Brasil. *Movimento-Revista de Educação*, 7(14). <https://doi.org/10.22409/mov.v7i14.43914>

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

Clair Eliane Naysinger Borges: Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo ProfEPT no IFRS. Especialista em Gestão Pública pela Universidade Cruzeiro do Sul e Graduada em Processos Gerenciais pela Universidade de Franca. Técnica em Contabilidade no IFSul - Campus Gravataí/RS, com experiência em gestão e finanças públicas.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6744-9488>
E-mail: clair.naysinger@gmail.com

Josimar de Aparecido Vieira: Pós-doutor em Educação pela UFSM. Estágio Científico Avançado de Pós-doutoramento pelo Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Doutor em Educação pela PUCRS, Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo e Graduado em Pedagogia pela Fundeste. Professor Titular do IFRS - Campus Sertão e docente permanente do ProfEPT na linha de Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3156-8590>
E-mail: josimar.vieira@sertao.ifrs.edu.br

Nota:

Clair Eliane Naysinger Borges foi responsável pela concepção, levantamento bibliográfico, análise e interpretação das discussões teóricas, bem como pela redação, revisão crítica do conteúdo do manuscrito. **Josimar de Aparecido Vieira** foi responsável pela concepção, análise e interpretação das discussões teóricas, bem como pela redação, revisão crítica do conteúdo do manuscrito e aprovação da versão final a ser publicada.

Editor associado responsável:

Terezinha Oliveira (UEM)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9841-7378>
E-mail: teleoliv@gmail.com

Rodadas de avaliação:

Cinco convites; três pareceres recebidos

Revisor de normalização:

Adriana Curti Cantadori de Camargo